

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.422.724 - ES
(2018/0344298-4)**

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : BANCO BMG SA
ADVOGADOS : RAPHAEL QUEIROZ DE MORAES MIRANDA E OUTRO(S) - RJ095822
MARCELO LAMEGO CARPENTER FERREIRA E OUTRO(S) - RJ092518
RICARDO BERMUDEZ MEDINA GUIMARÃES E OUTRO(S) - ES008544
ADVOGADOS : CAROLINA CARDOSO FRANCISCO MOUTINHO E OUTRO(S) - RJ116999
PEDRO IVO SILVA MELLO E OUTRO(S) - RJ149067
THIAGO RAVELL SANTOS E OUTRO(S) - RJ183844
AGRAVADO : INSTITUTO ESTADUAL DE PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON-ES
PROCURADOR : ELAINE PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S) - ES010625

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. JULGAMENTO CONTRÁRIO AOS INTERESSES DA PARTE. VALOR DA MULTA. REVISÃO DOS CRITÉRIOS. ACÓRDÃO BASEADO NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O mero julgamento da causa em sentido contrário aos interesses e à pretensão das partes não caracteriza a ausência de prestação jurisdicional, tampouco viola o art. 1022 do CPC/2015. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. O recurso especial não é, em razão da Súmula 7/STJ, via processual adequada para questionar julgado que se afirmou explicitamente em contexto fático-probatório próprio da causa.

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente), Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

